

cadernos
IHU
ideias

Agostos!
A "Crise da Legalidade"

Carla Simone Rodeghero



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.



cadernos **IHU** ideias

**Agostos! A “Crise da Legalidade”
vista da janela do Consulado
dos Estados Unidos em Porto Alegre**

Carla Simone Rodeghero

ano 10 nº 165 2012 ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU ideias

Ano 10 – Nº 165 – 2012

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos – Doutora em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Marcelo Leandro dos Santos

Revisão

Isaque Gomes Correa

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.ihu.unisinos.br

AGOSTOS! A “CRISE DA LEGALIDADE”
VISTA DA JANELA DO CONSULADO
DOS ESTADOS UNIDOS EM PORTO ALEGRE

Carla Simone Rodeghero

No dia 8 de setembro de 1961, o Consulado norte-americano sediado em Porto Alegre redigiu um documento que tratava da “situação no Rio Grande do Sul causada pela renúncia do presidente Quadros”.¹ Em cinco páginas, o cônsul Percy Warner enviou ao Departamento de Estado, em Washington, o primeiro relato formal a respeito da “Crise da Legalidade”. Poderia tal documento revelar a avaliação do governo norte-americano sobre a renúncia de Jânio e sobre o Movimento da Legalidade, encabeçado por Leonel Brizola? Seria possível, através dele, saber qual era a visão que os Estados Unidos – por meio do seu corpo diplomático instalado em Porto Alegre – tinham sobre os principais atores envolvidos nestes acontecimentos, especialmente sobre Brizola e João Goulart e, ainda, vislumbrar traços da política externa norte-americana daquele período?

O que segue é uma tentativa de responder a tais perguntas, começando com uma tradução do documento em questão e avançando para a análise do que é dito e do que fica subentendido neste relato.

1 *Situation in Rio Grande do Sul caused by the resignation of President Quadros.* Correspondência do Consulado norte-americano de Porto Alegre para o Departamento de Estado, em Washington, em 8 de setembro de 1961. Cinco (5) páginas. *National Archives and Record Administration* (Unidade de College Park, Maryland). O documento está assinado pelo cônsul Percy Warner e faz parte do fundo Departamento de Estado (Record Group 59). Quando a pesquisa documental foi realizada, no ano de 2000, os documentos expedidos entre 1945 e 1962 (entre os quais estava o que aqui analisamos) estavam organizados num sistema denominado *Decimal Files*. O documento de 8 de setembro fazia parte do conjunto identificado como *Brazil – political affairs* e foi encontrado na caixa 1576. A pesquisa foi feita durante estágio de doutorado sanduíche, com recursos da Capes e da Fundação Fulbright.

O relato do Consulado²

Ele inicia com um preâmbulo, no qual se lê que

situações potencialmente explosivas, que se sucederam rapidamente, irromperam aqui com a velocidade de uma tempestade de verão, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros, no dia 25 de agosto. Totalmente ocupado com medidas prudentes para salvaguardar os americanos e a segurança do Consulado, os dois cônsules deste posto tiveram pouco tempo para reportar, exceto uns poucos telegramas exigidos pelos desenvolvimentos e três comunicações informais para a Embaixada do Rio, levados por DPO Bloom, como mensageiro voluntário. Além do mais, como relatado aqui, as comunicações foram abruptamente cortadas durante quase toda a crise, exceto por um sistema telegráfico fortemente sobrecarregado, dependente de uma linha obsoleta, operada pelo governo brasileiro entre Porto Alegre e as agências internacionais de cabos no Porto de Rio Grande, aproximadamente a 300 quilômetros de distância. E, durante um período especialmente confuso e ansioso, esta linha telegráfica parou de funcionar completamente sem aviso entre a tarde do dia 30 e a manhã do dia 31 de agosto. Assim, este é o primeiro despacho formal encaminhado por este posto, cobrindo a situação desde a renúncia do presidente Quadros, na sexta feira, 25 de agosto, até a chegada do presidente Goulart (Jango) em Brasília, no entardecer de quarta feira, 6 de setembro.

Segue-se, então, um diagnóstico da situação, que foi classificada em quatro estágios, ao longo dos quais se sucederam sensações de surpresa, tensão e alívio. O primeiro estágio – situado entre 25 e 26 de agosto – é caracterizado como sendo marcado pela perplexidade:

a completa surpresa com que se recebeu a notícia da renúncia de Jânio mesclou-se a um particular desapontamento porque sua chegada aqui, para uma visita oficial de cinco dias, estava sendo esperada e muitos estavam na expectativa que sua presença na exposição de animais trouxesse multidões para o evento, incluindo muitos que esperavam conversar com o presidente sobre problemas urgentes, políticos e outros. Esperava-se, por exemplo, que seriam completadas durante a visita as formalidades para a efetiva transferência de um bilhão de cruzeiros que o presidente tinha prometido ao prefeito Loureiro da Silva. Parecia, também, que haveria um esclarecimento entre Jânio e seus apoiadores pré-eleitorais, muitos dos quais estavam crescentemente perplexos e aborrecidos pelo aparente aquecimento no seu relacionamento com o governador

2 A tradução livre foi feita pela autora. Agradecimento a Helena Cattani pela revisão feita.

Brizola. O público parecia esperar, no dia 25 de agosto, que Jânio retiraria sua renúncia, sucedido pelo sentimento, no dia 26, [que almejava] por uma rápida posse na presidência pelo vice-presidente Goulart. Ordeiramente, passeatas compostas largamente por grupos de estudantes e de trabalhadores em apoio a estas sucessivas ideias se reuniram no entardecer do dia 25 e 26 em frente à Prefeitura e ao Palácio do Governador. Às 11 e 30 horas do dia 25 de agosto, o governador Brizola falou vigorosamente na Assembleia Legislativa contra qualquer “golpe” que impedisse Jango de se tornar presidente.

O Consulado também mostrou algumas mudanças que começaram a acontecer na rotina da cidade, ao referir que:

bancos não abriram para negócios, como normalmente, em 26 de agosto, e permaneceram fechados desde então, exceto para receber alguns poucos depósitos. As Forças Armadas foram colocadas em rigorosa prontidão às 10 horas da manhã. Simultaneamente, Brizola ordenou o mesmo para a Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Neste contexto, o Consulado tomou medidas de segurança e seus oficiais permaneceram de plantão. A situação começou a ficar mais difícil no dia 27.

Perigosa tensão cresceu rapidamente assim que o governador, indo ao ar em torno das três horas da madrugada do dia 27 de agosto, leu uma denúncia do Marechal Lott contra um “golpe” do Ministro da Guerra, Denys, para impedir a presidência de Goulart e convocou seus ouvintes, da mais inflamatória maneira, para se oporem pela força, se necessário fosse, a tal ação das Forças Armadas. Logo em seguida, relatou-se que o independente e largamente respeitado *Correio do Povo* recusou, depois de consultar o general Machado Lopes, Comandante do III Exército, o pedido do governador de publicar este manifesto de Lott no seu jornal dominical que já estava no prelo. Em torno do meio dia, homens da Brigada Militar, fortemente armados tomaram a Rádio Guaíba, que pertence ao *Correio do Povo*, evidentemente uma ação de Brizola em represália e para frustrar futuras tentativas de ser tirado do ar por ordem federal emanada do III Exército. Da uma hora da madrugada do domingo, 27, até mais ou menos o meio dia do dia 28, quando este [segundo] estágio acabou, a Rádio Guaíba permaneceu a única estação de rádio disponível para o governador, que estava entrincheirado no seu palácio, agora publicamente convertido numa cidadela por sacos de areia e metralhadoras. Este único canal era tudo o que eles precisavam para começar a levantar largo apoio no Rio Grande do Sul para sua posição nesse caso. Durante estes discursos, o governador ocasionalmente deixou escapar palavras sobre os “interesses financeiros estrangeiros” e os “trustes norte-americanos”, que teriam forçado

Jânio a renunciar. Brizola foi apoiado nisso por muitos que não gostavam dele ou de Jango, porque sua posição parecia se manter segundo a Constituição, enquanto que os movimentos relatados sobre o Norte, não. Até esse ponto parecia que a rota do governador iria colidir com a determinação do comandante do III Exército de manter a lei e a ordem. As posições fortificadas ocupadas por suas forças chegaram a ponto de ficar separadas por cerca de duas quadras uma da outra no centro de Porto Alegre.

Nesse quadro, segundo o documento do Consulado, foram tomadas medidas como o bloqueio de ruas “num raio de cerca de duas quadras do QG do III Exército” e “em torno do palácio do governador”. Além disso, “escolas foram fechadas. Muitas pessoas começaram a deixar a cidade”. Em meio a tal tensão, o Cônsul “ligou para o comandante do III Exército, General Machado Lopes, às 10 horas da manhã, para solicitar garantias para a segurança dos americanos, o que foi rapidamente dado, sem reservas. Americanos foram discretamente alertados para permanecerem em suas casas”.

Passamos, então, ao relato do terceiro estágio – que foi do meio dia de 26 até 31 de agosto. O período é caracterizado como sendo de crise externa, em contraposição ao anterior, que teria representado uma “crise interna” – interna e externa ao estado do Rio Grande do Sul. Assim prossegue o relato:

ao meio dia de segunda, 26 de agosto, o general Machado Lopes ligou para o governador Brizola. Eles chegaram a um entendimento baseado, aparentemente, no comum acordo de que a Constituição deveria ser mantida e que isso significava que o vice-presidente Goulart deveria assumir a Presidência. A tensão entre os dois campos armados em Porto Alegre diminuiu imediatamente. Isso foi sucedido rapidamente por outras tensões que cresceram na medida em que a oposição a Goulart no Norte se tornou mais manifesta. As transmissões radiofônicas dominadas pelo governador, espalhadas por todas as estações do Rio Grande do Sul, permitiram a manutenção no ar da “Rede da Legalidade”. Estas transmissões eram estridentes e militantes (inelegível), [acompanhadas por] manifestos inflamados e música militar. Estava claro que seu propósito era levantar a população para a frente de batalha no caso de uma guerra civil. Com os receptores [de rádio] geralmente em mãos do poder público era difícil para as pessoas daqui escutarem rádios de fora [do Estado] e as reportagens bastante objetivas de jornais como o *Correio do Povo* e a *Folha da Tarde* pesavam relativamente pouco para equilibrar o efeito [do rádio] na opinião pública. (De certa maneira, a atmosfera de ansiedade criada pela Rádio da Legalidade lembrou aquela criada na área de Nova Iorque pela transmissão da invasão de marcianos por Orson Welles, uma geração antes.)

Esta comparação será explorada por nós a seguir. Entramos, agora, numa parte do documento na qual as ações de populares nas ruas já não são mais caracterizadas como “passeadas ordeiras”. A palavra escolhida para relatar tais movimentos é agitação:

somada a essas transmissões, outra fonte de agitação apareceu com a formação dos “Comitês de Resistência”, com a sede principal localizada num prédio público que era um pavilhão de exposições, no coração de Porto Alegre. Desta sede, que mostrava um claro tom antiestadunidense, foram organizados rapidamente outros comitês semelhantes em outras partes da cidade e do estado, geralmente sob a direção de estudantes universitários esquerdistas. Eles alistaram voluntários para grupos militares que começaram a treinar, sem armas, num espaço público e atraíram recrutas dos grupos mais militantes de trabalhadores e de estudantes.

Como foi dito acima, o apoio do general Lopes à posição de Brizola serviu para acalmar os ânimos num primeiro momento, já que novas tensões se sucederam. Esta situação é assim caracterizada:

a ansiedade pública cresceu e começou a haver racionamento na medida em que se espalharam rumores de que o canal de entrada do Porto de Rio Grande tinha sido bloqueado e que autoridades federais tinham ordenado uma ação militar contra o palácio do governador. Todas as estações de rádio foram colocadas sob um único controle, transmitindo programas idênticos 24 horas por dia. Acumulação de selos e de gasolina começou, com subsequente racionamento. Movimento de famílias para fora da cidade acelerado. Atividades comerciais abaixo do normal com bancos fechados e dinheiro escasso. Escolas e estabelecimentos públicos fechados, assim como o jogo de futebol (o Grenal), cancelados. O público em geral e as autoridades civis continuaram amistosas em relação aos americanos, apesar dos seus próprios e urgentes problemas. Comunicações para fora do estado foram reduzidas a uma sobrecarregada e, mais do que isso, frágil ligação telegráfica. Voos foram cancelados e viagens terrestres para o Norte se tornaram impraticáveis.

Destaco, dessa parte, a observação sobre o tratamento que estavam recebendo os norte-americanos da população porto-alegrense. O tema da segurança dos norte-americanos é reforçado com o comentário de que “no dia 31 de agosto, o oficial principal foi informado que o III Exército planejava se movimentar para o Norte e que a responsabilidade pela segurança dos norte-americanos ficaria com as autoridades de segurança pública do estado”. Sobre essas autoridades, o relato assim se refere: “as últimas, incluindo o coronel Aquistapace, o Secretário de Se-

gurança Pública e o coronel Moojen, Comandante da Brigada Militar, foram acessíveis, corteses e atenciosas todo o tempo”. Estas garantias, no entanto, não deixaram o consulado imobilizado. Decidiu-se que um grupo de técnicos ligados ao United States Operations Mission – USOM e um professor que estava em Porto Alegre com uma bolsa de estudo, assim como seus familiares, seriam deslocados “para o Uruguai até que fossem restabelecidas condições normais essenciais para sua efetivação e bem estar.” A manobra foi difícil por causa das dificuldades em obter gasolina. Mesmo assim, foi possível que um comboio de seis carros partisse para o país vizinho na madrugada do dia 3 de setembro, com o mínimo de publicidade.

O quarto estágio da crise é descrito como os primeiros dias de setembro, com a chegada de Goulart, que assumiu

uma atitude conciliatória em relação à emenda parlamentarista, a qual aborreceu Brizola de tal modo que o último repreendeu o vice-presidente numa entrevista à imprensa acontecida naquele dia. Jango expressou fortemente sua repulsa a uma guerra civil e foi apoiado intensamente nisso pelo general Machado Lopes. A tensão diminuiu, mas a situação permaneceu potencialmente explosiva até a chegada de notícias sobre o desembarque seguro de Goulart em Brasília.

Nas conclusões apresentadas, mais do que avaliar o resultado da crise, o cônsul norte-americano achou necessário destacar naquele “período confuso e fatigante [...], a amizade e a cooperação da população local em relação aos norte-americanos em geral e particularmente aos oficiais”. Isso teria se corporificado em “ofertas para repartir suprimentos escassos, dinheiro, comida e gasolina, os quais foram recebidos de amigos, vizinhos e mesmo de pessoas relativamente estranhas. Até agora, o consulado não recebeu relatos de maus tratos aos de norte-americanos”. A lealdade o senso de dever da equipe do Consulado também foi mencionada de forma positiva.

O dito e o não dito

Depois desta exposição, gostaria de destacar alguns pontos presentes no relato do Consulado, reforçando aspectos eleitos como dignos de nota, que foram entendidos como sendo indispensáveis à primeira correspondência que visava dar um panorama dos fatos que entre nós ficaram conhecidos como Movimento da Legalidade. Lembremos que os oficiais do Consulado de Porto Alegre eram observadores privilegiados dos fatos em questão. O mesmo não se poderia dizer de outros postos importantes, como os situados em São Paulo, em Brasília e no Rio de

Janeiro, que estavam geograficamente longe do epicentro dos acontecimentos.³

Essa tempestade de verão que se abateu sobre Porto Alegre em pleno agosto mudou o cotidiano da cidade: bancos e estabelecimentos públicos foram fechados, escolas e lojas igualmente; pessoas deixaram a cidade, houve racionamento de selos e de combustível; estabelecimentos públicos foram fechados; voos e viagens terrestres e até um Grenal cancelados; as ligações telegráficas ficaram mais frágeis do que normalmente eram; tornou-se impossível fazer ligações telefônicas à longa distância; os boatos correram à solta.

O cônsul Percy Warner conseguiu registrar parte do clima que tomou conta da cidade, marcado pela perplexidade, pela frustração de expectativas, pela tensão e pela sucessão de “situações potencialmente explosivas”. Em algumas delas, o perigo parecia estar num enfrentamento entre o Exército e a Brigada Militar; depois, ele seria representado pelos boatos da chegada de forças vindas do Norte, e ainda, pelos desdobramentos da agitação popular que começava a aparecer. O protagonismo do povo foi destacado, num primeiro momento, como sendo pacífico e ordeiro. Aos poucos, porém, a partir da criação dos Comitês de Resistência, foi visto como perigoso, já que liderado por esquerdistas.

As posturas de Brizola e de Jango na crise não chegam a ser analisadas e avaliadas. Os movimentos de Brizola, porém, são sempre descritos com adjetivos fortes: a fala de Brizola é vigorosa; seus discursos são feitos da maneira mais inflamatória possível; as transmissões da Rádio da Legalidade são estridentes e militantes; comportam manifestos inflamados. Em contraposição, o jornal *Correio do Povo* é apresentado como sendo independente e largamente respeitado. Ele e a *Folha da Tarde* trariam reportagens objetivas. Vê-se, aqui, uma contraposição entre a realidade vivida e um ideal – de que as pessoas tivessem opções de se informar ouvindo outras emissoras de rádio não comprometidas com a proposta de Brizola, ou, ainda, de que a leitura de jornais considerados neutros pudesse contrabalançar o peso dos discursos inflamados veiculados pelo rádio.

Ao longo de todo o documento, é possível perceber a cautela do cônsul em se posicionar. Ele não faz nenhuma apreciação da justeza ou não do veto dos ministros militares à posse de João Goulart ou do levante de Brizola. Destaca que a posição de Brizola “parecia se manter fiel à Constituição” e que ele foi apoiado até mesmo por pessoas que não gostavam dele ou de Jango.

3 Não encontramos em nossa pesquisa as correspondências sobre a Legalidade que, porventura, tenham sido enviadas ao Departamento de Estado por outros postos diplomáticos norte-americanos que estavam sediados no Brasil, como a Embaixada, por exemplo.

Seria isso indício de cautela em relação às questões da política estrangeira? Ou de dúvida frente ao quadro que abruptamente se desenhou na frente dos olhos do funcionário norte-americano? Se considerarmos a característica dos documentos que cotidianamente os cónsules enviavam ao Departamento de Estado, tratando do vai e vem da política brasileira no período em torno daquele em que aconteceu o Movimento da Legalidade, podemos considerar que abster-se de avaliar as posições políticas dos diferentes protagonistas não era uma prática do corpo diplomático norte-americano. Numa pesquisa que realizei com documentos enviados pelos postos diplomáticos dos Estados Unidos instalados no Brasil entre 1945 e 1964 ao Departamento de Estado, ficam claras as avaliações feitas a respeito de políticos como Jânio Quadros, Leonel Brizola e João Goulart.⁴

Creio, no entanto, que nesse primeiro relato, ainda marcado pela surpresa, tenham sido considerados dignos de nota outros aspectos que podem ser captados num parêntesis e nas entrelinhas do documento. Começemos pelo parêntesis. Ao falar sobre a influência da Rede da Legalidade nos ouvintes, o cónsul Warner anotou: “(De certa maneira, a atmosfera de ansiedade criada pela Rádio da Legalidade lembrou aquela criada na área de Nova Iorque pela transmissão da invasão de marcianos por Orson Welles, uma geração antes)”. O parêntesis foi fechado, o relato continuou, com uma mudança de assunto. Referiu-se, então, aos Comitês de Resistência, apresentados como outra fonte de agitação e de perturbação. O fato de a analogia ter ficado como que suspensa no meio do texto não tira a importância dela para o entendimento da interpretação que o cónsul norte-americano construiu sobre os fatos que estavam sendo relatados. A comparação sugere que, ao escrever, Percy Warner procurou uma imagem familiar a seus leitores, a qual permitiria traduzir a “atmosfera de ansiedade” que impregnava Porto Alegre.

A Rede da Legalidade foi associada a uma situação vivida nos Estados Unidos na década de 1930. Naquela ocasião, na noite de 30 de outubro de 1938, a Rádio CBS transmitiu uma irradiação do romance *A guerra dos dois mundos*, de H. G. Wells, adaptada para o rádio por Orson Welles. A rádio novela não foi introduzida como tradicionalmente se faz com um novo programa – não foi distinguida da programação normal – e as notícias veiculadas (na novela) sobre a queda de um meteoro em Growen Hill, uma cidadezinha de Nova Jérsei, próxima de Nova Iorque, e do início da luta dos marcianos com a polícia foram tomadas como realidade. Decorreram disso atos desesperados: veteranos da Primeira Guerra partiram para se colocar a serviço da

4 Esta pesquisa foi publicada no livro RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

pátria; multidões tomaram de assalto quartéis de bombeiros, postos policiais, hospitais; milhares de pessoas saíram de casa e correram pela noite, em busca de abrigo; pessoas enlouqueceram; outras se suicidaram (LEÃO, 2003). Além de ressaltar o poder mobilizador dos discursos de Brizola na Rede, estaria o funcionário norte-americano sugerindo que, da mesma forma que acontecera em 1938, a Rádio da Legalidade também era uma farsa?

Além das transformações no cotidiano da cidade, da tentativa de retratar o clima de ansiedade vivido e das palavras cautelosas sobre as posições políticas em disputa, outro aspecto que chama atenção no relato do Consulado é a preocupação com a própria segurança, manifestada na retirada de membros da equipe do posto e seus familiares para o Uruguai, na busca de proteção pelo III Exército, na menção de que tal segurança, a certa altura, ficaria nas mãos das forças do estado do Rio Grande do Sul, na denúncia de palavras de ordem com tom antiestadunidense, na menção ao fato de que não houve nenhum relato de maus tratos a norte-americanos, na surpresa com a solidariedade prestada aos conterrâneos. Essas evidências fazem crer que a redação do relatório de 8 de setembro de 1961 estava dialogando com uma experiência que não chegou a ser nomeada, aquela vivida pelo Consulado sete anos antes, em 1954, quando do suicídio de Vargas. Entramos, aqui, nas entrelinhas.

Naquele agosto, populares foram para as ruas e fizeram manifestações nada ordeiras, parte das quais visava punir os inimigos declarados de Vargas, entre os quais estariam os Estados Unidos, aqui representados pelo Consulado de Porto Alegre, por firmas multinacionais ou por empresas que tinham alguma referência àquele país em seu nome. Sabe-se que também foram atacadas sedes de partidos políticos e de órgãos de comunicação (FERREIRA, 1994).

Na pesquisa que realizamos com documentação diplomática norte-americana, antes referida, deparamo-nos com um relatório que guarda semelhanças com aquele que está sendo objeto de nossa reflexão presente. Da mesma forma como o Consulado de Porto Alegre reportou à Embaixada e ao Departamento de Estado o Movimento da Legalidade, também havia feito o mesmo em agosto de 1954. Havia, no entanto, diferenças entre o lugar que o Consulado e os norte-americanos ocuparam nos dois eventos. Queremos defender que a memória dos fatos de 1954 é o não dito do documento de 1961 e que ela explica as omissões e as ênfases do relato do cônsul Warner.

Segundo o documento redigido pelo Consulado em 28 de agosto de 1954, no dia do suicídio, as emissoras de rádio repetiam a carta testamento de Vargas com “inflamatórias referências aos interesses do capital estrangeiro, que em Porto Alegre

são geralmente identificados com os interesses norte-americanos”.⁵ Nele é relatado que na Praça da Alfândega, a multidão foi excitada por discursos de lideranças do PTB e, a seguir, saiu em busca de empresas que representavam os interesses norte-americanos. Logo após o meio dia, a multidão forçou a entrada do Edifício Bragança, onde ficava o Consulado, no sexto andar. Os andares ocupados por consultórios de médicos e de dentistas e por advogados foram destruídos. A porta do Consulado foi derrubada e os escritórios saqueados. Foram quebradas vidraças, mesas, cadeiras, arquivos, máquinas de escrever. Tudo foi jogado pela janela e queimado a seguir. Também foi destruído material da United States Information Service (USIS) como filmes, filmadoras, microfones. Foram destruídas estantes de livros, quadros, aparelhos de telefone. Foi levada uma maleta com cartões de identificação dos funcionários e com algum dinheiro. As almofadas do sofá foram jogadas pela janela e o mesmo aconteceu com algumas bandeiras norte-americanas. Os banheiros não foram poupados. A destruição iniciou próximo das 13 horas. Desde as 10h15 o Consulado estava fechado, como medida de segurança.

O relator destaca que testemunhas afirmaram que durante estes acontecimentos havia policiais ou soldados assistindo ao saque e ao incêndio, mas que não houve nenhuma iniciativa de intervir. Tropas teriam sido enviadas para proteger o prédio apenas depois que a multidão havia partido e depois dos bombeiros terem apagado as chamas na rua. A multidão partiu para a agência do City Bank, para a Coca-Cola, para a Importadora Americana, empresa que, segundo o documento, sequer tinha capital norte-americano.

Lê-se no relato que logo que o cônsul e os outros funcionários foram avisados do ataque, procuraram a polícia, que confirmou que a multidão estava fora de controle. No final da tarde, acompanhado por um pequeno destacamento da Brigada Militar, o cônsul foi ao prédio representação norte-americana. Depois, dirigiu-se ao Comando do Exército, onde foi informado que, de acordo com as leis brasileiras, o Exército não poderia intervir em distúrbios civis, até que o governador não requisitasse intervenção militar. O comandante considerou que, se tivesse havido ação do governo mais cedo, boa parte da destruição teria sido evitada. Considerou também que aquilo que começou como uma reação petebista ao suicídio sob pressão de Vargas

5 *Civil Disturbance in Porto Alegre on August 24, 1954*. Correspondência do Consulado e da USIS de Porto Alegre para o Departamento de Estado, em 28 de agosto de 1954. O documento leva a assinatura do cônsul Robert S. Hoard e do Public Affairs Officer Edward T. Purcell. Record Grupo 59, Brazil – political affairs, Publication M1484, roll 2, 8 páginas.

foi aproveitado por comunistas e socialistas para uma mobilização antiestadunidense.

Vê-se, então, que os populares que participaram dos motins de 24 de agosto escolheram como alvo de sua ira aqueles que entendiam como sendo responsáveis pelo gesto extremo do presidente. Entre os inimigos de Vargas, estaria o governo dos Estados Unidos, representado aqui pelo Consulado. A invasão e o saque ao seu prédio podem ter criado entre os oficiais o receio de que em novos momentos de radicalização política – nos quais se enfrentavam forças mais ou menos simpáticas ao seu país – os fatos de 1954 pudessem se repetir. Daí o peso que têm no documento de 1961 as menções às medidas visando à segurança dos norte-americanos e do Consulado, a preocupação com certos *slogans*, a menção à pronta garantia de segurança fornecida pelo Exército e as medidas tomadas quando surgiu a perspectiva de que esta segurança fosse feita pelo governo estadual. Esse ocupava, no conflito de 1961, a mesma posição do governador Ernesto Dornelles, em 1954. Se, naquela ocasião, as forças estaduais foram omissas na tarefa de salvaguardar os bens e a segurança dos norte-americanos, seria compreensível que em 1961 estivesse presente a desconfiança em relação aos subordinados do governador Leonel Brizola.

A hostilidade dirigida à representação norte-americana no dia do suicídio do presidente pode ser entendida como a outra face da moeda da relação entre Brasil e Estados Unidos, especialmente a partir do segundo governo de Vargas. Havia, da parte do Departamento de Estado norte-americano, uma consolidada desconfiança em relação ao presidente Vargas e a suas políticas nacionalistas. Para explorar este argumento, apresentarei, no tópico seguinte, um panorama das forças em disputa na política brasileira no período de 1945 e 1964, e relacionarei tais embates com os posicionamentos do Departamento de Estado norte-americano em relação à política brasileira. Tal raciocínio poderá esclarecer o caráter um tanto excepcional da cautela utilizada pelo cônsul Warner, no seu relato de 1961, quanto a posicionar-se frente às forças em disputa.

O Movimento da Legalidade, a democracia pós 1945 e as relações entre Brasil e Estados Unidos⁶

A partir de 1945, antigos e novos atores políticos passaram a disputar espaço na definição dos rumos do Brasil. Além da atuação dos partidos criados pelos apoiadores e pelos opositores do Estado Novo (PSD e UDN, respectivamente), assistiu-se à emer-

6 A primeira parte deste tópico foi publicada no Jornal da UFRGS, edição de junho de 2011.

gência dos trabalhadores urbanos na política, começando pelo Movimento Queremista e se dirigindo, em seguida, ao Partido Trabalhista (PTB). Percebendo as mudanças na política internacional e interna, nos anos finais da Segunda Guerra, Vargas passara a estreitar relações com os trabalhadores urbanos. Estes, beneficiados pela legislação trabalhista – que tinha sido sua bandeira de luta desde a Primeira República –, não viam com bons olhos as correntes de opinião que, no início de 1945, pediam o afastamento de Getúlio do poder. Pela primeira vez, trabalhadores urbanos se manifestaram para além de suas demandas sindicais e pretenderam fazer política (FERREIRA, 2003). Getúlio, no entanto, foi forçado a renunciar, pressionado tanto pela oposição quanto por militares como Eurico Dutra e Góis Monteiro, homens que até então o tinham sustentado no poder. Para estes, era inconcebível a aproximação que se desenhava entre Vargas e os trabalhadores e, ainda, o apoio que o presidente tinha recebido do Partido Comunista (CARVALHO, 2006; RODEGHERO, 2006).

Durante o mandato do general Eurico Dutra no Brasil, eleito ao final de 1945, o Brasil viveu a aurora da guerra fria. Seu governo foi marcado por uma intensa repressão ao movimento sindical e pela perseguição de funcionários públicos acusados de subversão. O Partido Comunista foi fechado e os parlamentares eleitos pela sigla tiveram seus mandatos cassados. Apesar de Dutra ter sido eleito como o candidato da situação, afastou-se radicalmente da herança de Vargas. Com a volta deste à Presidência da República, na eleição de 1950, ficou cada vez mais clara a existência de diferentes modelos de desenvolvimento para o Brasil. Eles diziam respeito a graus diversos de aceitação da interferência do Estado na economia; maior ou menor apoio à presença do capital estrangeiro; diferentes formas de inserção do país no quadro internacional da guerra fria; posturas diversas ou até opostas em relação às manifestações sindicais e políticas dos trabalhadores urbanos; rechaço ou tentativas de tocar na questão dos trabalhadores do campo e na Reforma Agrária.

As polêmicas em torno da criação da Petrobras, em 1954, por exemplo, foram representativas destas diferenças: a quem caberia explorar o subsolo brasileiro? Ao Estado? Ao capital privado nacional? Ao capital internacional? Quem definiria as prioridades e o volume de investimentos? O governo? As forças do mercado? Como a questão do petróleo se relacionava com o projeto de desenvolvimento industrial para o Brasil? O Brasil poderia almejar ser um país industrializado? Ou deveria, ao contrário, aprofundar sua vocação agrícola? (LEOPOLDI, 1994).

Se, no caso da exploração do petróleo, ficaram claras as posições sobre o projeto global de desenvolvimento, em outras situações, durante o Segundo Governo Vargas (1951-54), o que

gerou conflito foi a forma como eram tratados os trabalhadores, especialmente aqueles organizados em sindicatos. A intensa repressão do governo Dutra cedeu lugar a um tratamento mais respeitoso por Vargas, como se vê na nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, em junho de 1953, em meio à crise desencadeada por uma onda de greves. O jovem ministro, por ser presidente do PTB, tinha proximidade com as lideranças sindicais e, através de uma estratégia de diálogo, conseguiu fazer com que a greve dos marítimos, então em curso, fosse concluída com rapidez e com conquistas para os trabalhadores. Começou a ser construído aí um conjunto de imagens em torno de Jango: tanto a imagem do ministro que dialoga, que sabe escutar, que se aproxima dos trabalhadores, como a do ministro que se deixa levar pelos maus trabalhadores, por aqueles que não trabalham e querem espalhar ideologias estranhas à índole brasileira. Como última medida no Ministério, no início de 1954, Jango propôs um aumento do salário mínimo de 100% e, com isso, mostrou a marca de si mesmo que gostaria de deixar para a posteridade (GOMES, 2006).

No mesmo ano, os opositores de Vargas, munidos pelo escândalo da tentativa de assassinato de Carlos Lacerda, denunciaram o “mar de lama” no qual o presidente estaria afundado e pressionaram-no para que renunciasse. Em 24 de agosto de 1954, Vargas optou pelo suicídio e pôs fim à crise em curso. Multidões nas ruas, revolta e quebra-quebra. Isso fez a oposição ver a extensão do apoio popular ao presidente morto (FAUSTO, 2006).

O suicídio de Vargas não significou a morte do getulismo, tanto no que se refere a um projeto de desenvolvimento quanto ao apelo ao nacionalismo e a um tipo particular de relação com os trabalhadores. Mesmo que no governo de JK, eleito em 1955 pela aliança entre PSD e PTB, o país tenha sido aberto ao capital estrangeiro, sem os escrúpulos do governo Vargas, continuou em curso um esforço de desenvolvimento orientado pelo Estado e houve, também, uma relação relativamente respeitosa do governo com as demandas dos trabalhadores urbanos. Não se viveu um clima de “caça às bruxas”, como acontecera no tempo de Dutra. Esta tranquilidade pode ser ter sido resultado da presença de Jango no governo, como vice-presidente eleito pelo PTB. As dificuldades do final do governo JK, especialmente a inflação e o rompimento com o FMI, criaram espaço para o sucesso da plataforma reformista e moralista do candidato da oposição.

Apoiado pela UDN, Jânio Quadros venceu a eleição de 1960 e assumiu no início do ano seguinte, tendo como vice, João Goulart, da chapa oposta (PSD/PTB). Foram poucos meses de um governo titubeante que levaram Jânio a uma situação de isolamento. A política externa independente que começava a ga-

nhar força, por exemplo, fazia com que se quebrasse o alinhamento quase “natural” do Brasil aos Estados Unidos. Daí a busca de novos mercados, como a China comunista, em cujo solo Jango se encontrava quando da renúncia de Jânio.

Sabemos o que aconteceu então: os ministros militares de Jânio Quadros viram na posse de Jango a possibilidade de retorno ou de reforço do projeto getulista, agora numa dimensão radicalizada. Consideraram inconveniente a volta do vice ao Brasil e lembraram do episódio no qual Jango fora Ministro do Trabalho, quando teria promovido agitações nos meios sindicais, no seio dos quais estariam em ação agentes do comunismo internacional. A posse do vice passou a ser defendida pelo governador gaúcho Leonel Brizola, que conseguiu o apoio do III Exército, na pessoa do comandante, general Machado Lopes. Seguiram-se fatos como a ameaça de bombardeio do Palácio Piratini, a desmontagem das bombas em Canoas, a requisição da Rádio Guaíba e a montagem da Rede da Legalidade, a transformação do Palácio em trincheira e o afluxo de apoiadores à causa encabeçada pelo governador.

Entre os apoiadores, vale destacar, estavam representantes das novas categorias que vinham buscando espaço no campo político: militares nacionalistas, entre os quais alguns oficiais e um número maior de subalternos das Forças Armadas e da Brigada Militar, estudantes, pessoas envolvidos na luta pela Reforma Agrária, trabalhadores urbanos sindicalizados e um número significativo de “populares”. As fotos da época, as manchetes dos jornais gaúchos, os testemunhos dos contemporâneos nos dão este panorama.

Diferentes variáveis contribuíram para que o desfecho – a posse de Jango – fosse relativamente favorável aos defensores da legalidade. Entre as variáveis, podem-se mencionar a presença de povo na rua e a perspectiva da deflagração de uma guerra civil; a decisão dos militares subalternos e de alguns oficiais de não cumprirem ordens contrárias à Constituição; o carisma e a liderança de Brizola que capitalizou para sua campanha apoios conseguidos nos anos anteriores, como prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul; a conquista de apoio da Igreja, na pessoa de D. Vicente Scherer, e do III Exército, já mencionado; o peso da bandeira da legalidade, num período no qual a estratégia do golpe era uma das mais tentadas e valorizadas pela oposição antigetulista.

Em termos de política externa norte-americana, o Movimento da Legalidade aconteceu logo após o lançamento da Aliança para o Progresso, que se deu na segunda semana daquele mesmo agosto, na conferência da Organização dos Estados Americanos, em Punta del Este, no Uruguai. Sabemos da importância deste programa e de como ele teve participação nos esforços de

desestabilização do governo Jango, que contribuíram para o sucesso do golpe de 1964 (PARKER, 1979; DREIFUSS, 1981; RABE, 1999; SILVA, 2008). No entanto, como a Aliança ainda estava na fase de montagem e não tinha projetos em andamento, consideramos mais relevante destacar aqui as preocupações norte-americanas com o nacionalismo que vinham se manifestando desde o final da Segunda Guerra e o início da guerra fria, período no qual o nacionalismo brasileiro passava, cada vez mais, a ser associado ao comunismo.

De acordo com o estudo de Gerald K. Haines (1989), que enfoca as relações entre Estados Unidos e Brasil de 1945 a 1954, os temas comunismo, nacionalismo e antiamericanismo estavam sempre em discussão e eram vistos como empecilhos para a tentativa “vender os Estados Unidos”, com ênfase na defesa do capital privado e da livre iniciativa.

Depois da II Guerra Mundial, as relações entre os dois países foram conturbadas. O governo brasileiro esperava dos Estados Unidos uma atenção especial, tendo em vista a participação direta do país na Guerra, através da Força Expedicionária Brasileira (HILTON, 1981). Tal pretensão entrava em choque com a opção norte-americana de investir na recuperação da Europa e da Ásia, através do Plano Marshall. Comentando as dificuldades do Brasil em conseguir empréstimos norte-americanos durante o governo Dutra, Stanley Hilton destaca o peso da convicção da administração Truman de que as necessidades de desenvolvimento do Brasil poderiam ser melhor resolvidas pelo capital privado. Também relata que os membros norte-americanos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, instalada em 1948 para discutir pontos de estrangulamento na economia brasileira, deram ao Brasil os mesmos conselhos (cf. HILTON, 1981, p. 603 et seq.).

As administrações brasileiras que se seguiram ao governo Dutra – Vargas, Kubitschek, Jânio Quadros e Goulart não concordaram – em termos gerais – com essa avaliação norte-americana. Estavam interessadas numa estratégia mista de desenvolvimento na qual cabiam investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais visando o estabelecimento de uma base industrial, necessária para a modernização da economia do país.

O mandato de Eisenhower, republicano que sucedeu os democratas Roosevelt e Truman, coincidiu em parte com o segundo governo de Vargas. Também nessa época, a dificuldade do Brasil em obter apoio financeiro norte-americano era explicada pelo peso do pensamento nacionalista. O nacionalismo impedia a abertura das portas do país para os interesses das companhias norte-americanas, como se viu no caso da exploração do petróleo. Tal postura dificultava, ainda, que os Estados Unidos alcançassem os objetivos de garantir a cumplicidade brasi-

leira nos temas políticos hemisféricos e mundiais, especialmente no combate ao comunismo. Segundo Stanley Hilton, em janeiro de 1955, no governo de Café Filho, em meio a uma nova tentativa de conseguir empréstimos, foi realizado um encontro entre o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, João Carlos Muniz, e alguns *experts* do Departamento de Estado, no qual os últimos enfatizaram a necessidade de orçamentos equilibrados, inflação controlada e liberalização das leis de petróleo para permitir a participação do capital estrangeiro (HILTON, 1981).

No governo de Juscelino Kubitschek, como se sabe, o Brasil foi aberto ao capital estrangeiro. Para realizar o Plano de Metas, sem poupança interna capaz de dar conta da dimensão daqueles investimentos, o governo apelou para a emissão de moeda e para o incentivo à instalação de indústrias multinacionais. Tais indústrias eram direcionadas aos setores considerados prioritários pelo governo, como o da produção de automóveis e de tratores. Nesse período, os financiamentos de governo para governo continuavam sendo descartados em proveito da valorização do capital privado. A inflação gerada pela política emissivista, a incapacidade de honrar os compromissos com os organismos internacionais e a pressão do FMI para uma política de ajuste, que poderia comprometer o Plano de Metas, fizeram com que JK declarasse uma moratória no final do seu mandato (MOREIRA, 2003). Esse governo que parecia ser o que mais se aproximava do ideal defendido pela política externa norte-americana apresentava, no entanto, características condenáveis, como a de não honrar os compromissos externos e de ser tolerante em relação aos comunistas.⁷

Com a Aliança para o Progresso, lançada pelo governo Kennedy em 1961, o montante de ajuda econômica proveniente dos Estados Unidos cresceu significativamente. Acreditava-se que os recursos aplicados na América Latina poderiam elevar o nível de desenvolvimento rural e urbano e que isso tornaria desnecessário o recurso à revolução e ao comunismo. É nessa mesma época que Goulart ocupa a presidência da República no Brasil. Os recursos da Aliança, no entanto, são encaminhados seletivamente para reforçar o poder dos governadores da oposição.

Um pouco depois, em 1963, quando o Brasil era governado por João Goulart, o embaixador Lincoln Gordon fez uma avalia-

7 Isso pode ser visto no documento que *Memorandum of conversation with President Kubitschek (Memorando de conversação com o presidente Kubitschek)* – Memorando interno no Bureau of Inter-American Affairs (ARA) de Frank G. Wisner, Deputy Director para Maurice M Bernbaum, diretor do Office of South American Affairs (OSA), em 25 de janeiro de 1956, Record Group 59 Brazil – political affairs, M 1511, rolo 6. Esta questão está melhor desenvolvida em: RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria*, p. 78 a 87.

ção sobre a esquerda brasileira e sobre os problemas relacionados ao estatismo herdado do Estado Novo.⁸ Aos olhos do mais alto funcionário norte-americano no Brasil, o governo Jango carregava tal herança numa conjuntura mais perigosa do que aquelas enfrentadas pelos seus sucessores. O estatismo e o nacionalismo denunciados entravam em choque com o modelo de desenvolvimento que as administrações norte-americanas acreditavam que poderia resolver os problemas do Brasil. Tal modelo, como já apontamos, previa a criação de um bom clima para a entrada de capital privado internacional, a manutenção da estabilidade política e monetária, a oposição ao nacionalismo econômico e ao estatismo, o desenvolvimento industrial dentro de certos limites, etc. Conforme explica Haines, “nacionalismo econômico enfraquecia o respeito à propriedade privada e à iniciativa individual. Prejudicava os negócios dos Estados Unidos e cheirava a comunismo” (1989, p. 62).

Referindo-se a exemplos de estatismo no Brasil, o embaixador citou, no mesmo documento, a interferência e a regulamentação do Estado no campo do trabalho, o controle de preços e salários e a necessidade de permissões para importação, além de outros elementos que faziam com que a iniciativa privada ficasse à mercê do governo. Se o alto grau de estatismo presente no governo era uma herança do Estado Novo, o embaixador avaliava que a tendência do governo Goulart era a de expandir ainda mais a esfera estatal. Isso, segundo ele, não iria trazer benefícios para a população desprivilegiada e provavelmente levaria a um declínio na produção, devido tanto à corrupção como à falta de habilidade dos brasileiros em conduzirem o país de forma altamente centralizada. Tais declínios na produção, por sua vez, fariam sofrer a classe trabalhadora industrial e a classe média urbana, o que teria efeitos radicalizadores na situação política. Criar-se-ia, com isso, um clima favorável à aceitação de ideias comunistas.

Considerações finais

Vê-se, então, o raciocínio que, de um lado, ligava nacionalismo a comunismo e, de outro, distanciava nacionalismo de interesses norte-americanos. Tal raciocínio é perceptível no conjunto dos documentos redigidos por oficiais dos postos diplomáticos instalados no Brasil entre 1945 e 1964. Neles, as lideranças políticas, empresariais, religiosas, etc. são avaliadas pela sua posição quanto ao nacionalismo e à abertura aos capitais

8 *Political trends and contingencies in Brazil*. Correspondência da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, em 21 de agosto de 1963, assinado pelo Embaixador Lincoln Gordon, 10 páginas. *Record Group 59, Brazil – political affairs*, caixa 3832.

norte-americanos, o que geralmente é também a avaliação a respeito das vantagens da democracia (que é usada como sinônimo de capitalismo) e do comunismo. A quase ausência, no documento de setembro de 1961, de avaliação sobre a justiça e a propriedade das duas posições em disputa (pela posse conforme a Constituição ou pelo impedimento da posse de Jango) é uma exceção ao *modus operandi* da escrita diplomática norte-americana sobre o Brasil. Tentamos demonstrar que isso pode ser explicado pelo relevo das outras preocupações, intrínsecas ao relato analisado.

Na vasta bibliografia sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos no período anterior ao golpe de 1964, há vários trabalhos explorando a participação norte-americana na conspiração que visava legitimar a derrubada do governo Jango e também os planos a serem colocados em prática, em apoio aos “revolucionários”, caso houvesse resistência (FICO, 2008). O mesmo não acontece com os fatos de agosto/setembro de 1961. Parece pertinente pensar que o esforço conspiratório levado adiante entre 1961 e 1964 deixou muito mais registros entre os papéis norte-americanos do que aqueles que restaram sobre o Movimento da Legalidade, evento marcado pelo fator surpresa. Esse fator que esteve presente em 1961 não esteve em 1964. Da mesma forma, há que se lembrar que o argumento da defesa da Constituição atraía até mesmo aqueles que não eram simpáticos a Brizola e a Jango. Ele pode ter influenciado a escrita do cônsul Warner. Por conta desses dois fatores – a surpresa e a legitimidade da bandeira da legalidade – o relato norte-americano sobre os acontecimentos de Porto Alegre entre 25 de agosto e 7 de setembro pareceu bem mais ameno e neutro do que o conjunto dos documentos que, antes e depois de 1961, foram redigidos sobre a atuação política de Vargas e de seus herdeiros.

Fontes

Documentos pesquisados em *National Archives and Record Administration* (Unidade de College Park, Maryland), que pertencem ao Record Group 59 – Department of State:

Civil Disturbance in Porto Alegre on August 24, 1954. Correspondência do Consulado e da USIS de Porto Alegre para o Departamento de Estado, em 28 de agosto de 1954. Brazil – political affairs, Publication M1484, roll 2, 8 páginas.

Memorandum of Conversation with President Kubitschek. Memorando interno no Bureau of Inter-American Affairs (ARA) de Frank G. Wisner, Deputy Director para Maurice M Bernbaum, diretor do Office of South American Affairs (OSA), em 25 de janeiro de 1956, Record Group 59 Brazil – political affairs, M 1511, rolo 6.

Political Trends and Contingencies in Brazil. Correspondência da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, em 21 de agosto

to de 1963, assinado pelo Embaixador Lincoln Gordon, 10 páginas. *Record Group 59, Brazil – political affairs*, caixa 3832.

Situation in Rio Grande do Sul caused by the resignation of President Quadros. Correspondência do Consultado norte-americano de Porto Alegre para o Departamento de Estado, em Washington, em 08 de setembro de 1961, assinado pelo Cônsul Percy Warner, Brazil – political affairs, caixa 1576, 5 páginas (segue em anexo).

Referências

CARVALHO, José Murilo de. Vargas: o aprendiz de feiticeiro. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 102 a 117.

DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção *O Brasil Republicano*, vol. 3), p. 15-46.

_____. O carnaval da tristeza. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FICO, Carlos. *O grande irmão*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. Memórias em disputa: Jango, Ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 31-55.

HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World, 1945-1954*. SR Books, Wilmington, DE: 1989.

HILTON, Stanley. The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: End of the Special Relationship. In: *The Journal of American History*. Vol. 68, n. 3, dezembro 1981, p. 599 a 624.

LEÃO, Rudyard. Ficção radioativa: é possível contar histórias potencializadas pelos efeitos excepcionais do áudio eletrônico. In: *Klepsidra*, n. 18, Nov./Dez. 2003. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/novaklepsidra.html>

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954). In: GOMES, Ângela de Castro (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 161-204.

MORERIA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

PARKER, Phyllis. *Brazil and the Quiet Intervention, 1964*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1979.

RABE, Stephen. *The Most Dangerous Area in the World: John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1999.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947. In: *Métis: História e Cultura*. Vol. 5, n. 10, jul./dez. 2006, p. 179-202.

SILVA, Vicente Gil. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação de mestrado em História.

Anexo

OFFICIAL USE ONLY

For Department Use Only

732.00/9-861

SEP 1961

Box 1574

11

September 8, 1961

7 file for action
1287/3: J.W. Sullivan - LWS
9-15-61

UR-1 SCA-3 54-2

55 For Dept. Use Only	ACT TION	* ARA 4	I N F O	DEPT	RM/RK	REP	AF	ARA	EUR	FE	NEA	CU	INN	E	P	10	ICA
				AGR	COM	FEB	INT	LAB	TAR	TR	XMB						
REC'D	9/14			AIR	ARMY	CIA	NAVY	OSD	OCB	USIA	754						
				6	4	10	4	5		10	4						

SUBJECT Situation in Rio Grande de Sul caused by the resignation of President Quadros

- I. Foreword
- II. The Situation
 - A. First Stage - Aug. 25-26 - Bewilderment
 - B. Second Stage - Aug. 27-28 - Crisis Inward
 - C. Third Stage - Aug. 26-31 - Crisis Outward
 - D. Fourth Stage - Sept. 1-6 - Crisis Ends
- III. Conclusion

I. Foreword:

Potentially explosive situations, which rapidly succeeded each other, burst here with the suddenness of a summer storm shortly after the resignation of President Janio Quadros Aug. 25. Fully occupied with prudent measures to safeguard Americans and the security of the Consulate itself, the two consuls at this post had little or no time for reporting except for a few brief telegrams demanded by developments and by three informal communications to the Embassy Rio carried by DPO Bloom, as a voluntary courier. Moreover, as reported herein and previously by telegram, communications were abruptly halted during nearly the entire crisis except for a heavily overloaded telegraph system dependent on an obsolete Brazilian government operated landline between Porto Alegre and the international cable offices at the port town of Rio Grande approximately 300 road kilometers away. And, during one especially confused and anxious period, this telegraph line stopped functioning altogether without notice from the afternoon of August 30 to the morning of August 31. Thus, this is the first formal despatch submitted by the post covering the situation from the resignation of President Quadros on Friday

732.00/9-861

Warner/zms

OFFICIAL USE ONLY

FORM 6-61 FS-439 GPO 912896

For Department Use Only - To be Filled in Yellow Original ONLY

15 1961

ACTION ASSIGNED TO		ACTION TAKEN	
NAME OF OFFICER	DATE OF ACTION	DIRECTIONS TO RM/R	

FILED

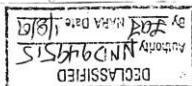
LWS

Delegado ditto
700 Consulado Port
Depto de Estado

Pod
8 Set 1961

Relevo sobre o assunto em
a reunião de 8 de setembro

DECLASSIFIED



OFFICIAL USE ONLY

(Classification)

Page 2 of

Encl. No.

Desp. No. 11

From PORTO ALEGRE

Just 25 to the arrival of vice president Goulart (Jango) at Brasilia on the evening of Wednesday, September 6.

II. The Situation:

The situation here seemed to pass through four main stages: a first stage when the news of Janie's resignation took all by surprise; a second stage when tensions threatening conflict within this city developed between RGS state forces and the Federal III Army; a third stage when RGS leaders, supported by the III Army, vigorously argued and agitated against any interference with a prompt assumption of the presidential office by Vice-President Goulart and against constitutional amendments which would dilute the authority of that office; and, finally, a fourth stage when the tensions developed in stages 3 and 4 subsided with the arrival of Goulart here and, subsequently, with the news of his safe arrival in Brasilia.

Handwritten notes on the left margin:
 - "Handwritten notes" (faint)
 - "to who use in" (faint)
 - "via 6/27 notes" (faint)
 - "memos" (faint)
 - "docs" (faint)
 - "Reports" (faint)
 - "previews" (faint)
 - "of" (faint)
 - "2 days" (faint)
 - "2/2/78" (faint)

A. First Stage, Aug. 25-26, Bewilderment: The complete surprise which greeted the news of Janie's resignation was mingled with particular disappointment because his arrival here for a five day official visit had been expected and many were looking forward to his presence as the annual Livestock Show brought peak crowds, including many who hoped to confer with the President on matters of urgency, political and otherwise. It was expected, for instance, that formalities would be completed during this visit for the actual transfer of the billion cruzeiros which the President had promised Mayer Loureiro da Silva. It appeared also that there would be a clarification between Janie and his pre-election supporters, many of whom were increasingly perplexed and annoyed by the apparent warmth of his relationship with Governor Brizola. The public generally seemed to hope on August 25 that Janie could and would withdraw his resignation, succeeded by sentiment on August 26 for an early assumption of the Presidency by Vice President Goulart. Orderly rallies composed largely of student and worker groups in support of these successive ideas were held on the evening of the 25 and 26 before City Hall and the Governor's palace. At 11:30 pm August 25, Governor Brizola spoke vigorously to the State Assembly against any "golpe" to prevent Jango from becoming President.

Significant public reactions: Banks did not open for business as usual August 26 and have been closed since, except for accepting a few deposits. The Federal Armed forces went on a full alert ("rigorosa prontidão") 10 am. Simultaneously Brizola ordered the RGS Brigada Militar on a same footing.

Consulate action: Security measures were checked and officers remained on call.

B. Second Stage, Aug. 27-28, Crisis Inward: Dangerous tension built up rapidly as Governor Brizola, going on the air about 3:00 am

OFFICIAL USE ONLY

DECLASSIFIED

*Informação de notícias gerais
conhecida pelo o público, em especial, através
da imprensa. X 2. Sem as informações necessárias
para a publicação
necessária*

OFFICIAL USE ONLY
(Classification)

Page 3 of
Encl. No. II
Disp. No. II
From PORTO ALEGRE

August 27, read a denouncement by Marshall Lett against a "golpe" by War Minister Denys to prevent the Presidency of Goulart and urged his listeners in a most inflammatory way to oppose by force, if need be, such a move by the Armed Forces. Shortly thereafter the independent and widely respected "Correio de Povo" is reliably reported to have refused, after consulting with General Machado Lopes, Commander of the III Army, a demand by the Governor to publish this Lett manifesto in its Sunday papers then in press. About noon heavily armed men from the State Brigada forcibly seized Radio Guaíba, which belongs to the "Correio de Povo" evidently a move by Brizola in reprisal and to forestall his being shut off the air by Federal order enforced by III Army. From 1 pm Sunday, August 27, until about noon August 28 when this stage ended, Guaíba remained the only radio station available to the Governor who was barricaded in his palace, now publicly converted into a citadel by sandbags and machine guns. This one channel was all he needed, however, to commence arousing widespread support within RGS for his position in this affair. During these tirades the Governor would occasionally let fly at the "foreign financial interests" and "North American trusts" which had forced Janie to resign. Brizola was upheld in this by many who had no liking for him or Jange because his position seemed to abide by the constitution whereas reported maneuvers in the North did not. At this point it appeared that the Governor's rabble-rousing course would collide with the III Army commander's determination to maintain law and order. The fortified positions occupied by their armed opposing forces came at one point within about two blocks of each other in downtown Porto Alegre (see marked map enclosed).

Significant public measures: Roadblocks were established within a radius of about two blocks of III Army HQ; equivalent steps were taken about the Governor's palace which was otherwise strengthened as mentioned above. Schools were closed. Many people began to leave town.

Consulate action: Principal Officer called on III Army commander, Gen. Machado Lopes, 10 am to ask assurances for the safety of Americans which was quickly given without reservation. Americans were discreetly warned to remain within doors.

C. Third Stage, noon Aug. 26 to Aug. 31, Crisis Outward: At noon on Monday, August 26, Gen. Machado Lopes called on Governor Brizola. They came to an understanding apparently based on their common agreement that the Constitution should be upheld and that this meant Vice President Goulart should assume the Presidency. The tension between the two armed camps within Porto Alegre diminished immediately. This was succeeded quickly by other tensions which build up as opposition in the North to Goulart became more manifest. The broadcasts dominated by the Governor spread to all RGS stations allowed to remain on the air in a "Legalidade Network". These broadcasts were strident and militant, consisting of slanted

Relatório de agosto 2004

OFFICIAL USE ONLY

DECLASSIFIED

OFFICIAL USE ONLY

(Classification)

Page 4 of
Encl. No. _____
Disp. No. 11
From PORTO ALEGRE

Confessiones da radio de Porto Alegre
etc. Transmissão de Orson Welles, etc.
incuráveis. Transmissão etc. com
1

... flaming manifestoes, and military music. It was clear that its purpose was to arouse the people here to fighting pitch in case of civil war. With the receivers generally in public hands it was difficult for people here to listen to outside stations and the fairly objective reporting of such papers as "Correio de Fôw" and "Fôlha da Tarde" weighed relatively little in the balance of effect on public opinion. (In some ways the atmosphere of anxiety engendered by the "Legalidade" radio resembled that created in the New York area by the Orson Welles' martian invasion broadcasts a generation ago.) In addition to these broadcasts, another source of agitation appeared with the formation of "Committees of Resistance" with a central headquarters in the State public exhibit pavilion in the heart of downtown Porto Alegre. From this headquarters which displayed a marked anti-US tinge, outlying committees in other parts of the city and state were quickly organized, generally under the direction of leftist University students. They enrolled volunteers for militia groups which began drilling, without arms, in a public square and attracted their recruits from the more militant labor and student groups.

Significant public reactions: Public anxiety increased and hearing commenced as rumours spread that the channel entrance at Rio Grande had been blocked and that Federal authorities had ordered military action against the Governors palace. All radio stations were placed under one control, broadcasting identical programs 24 hours per day. Hearing of staples and gasoline began, with subsequent rationing. Movement of families out of the city accelerated. Commercial activities subnormal with banks closed and cash scarce. Schools closed and public gatherings, as at football game, were called off. The public generally and the civil authorities continued friendly toward Americans despite their own pressing problems. Communications out of state were reduced to one overloaded and rather frail telegraph link. Airline schedules were cancelled and surface routes North became unpredictable.

Consulate action: An attempt to telephone the Embassy on the morning of the 28th failed and that afternoon long distance calls were banned. On the afternoon of the 29th telegraph service was cut (because of storm damages as it later proved). Consul Bleom was sent as voluntary courier to Rio to report on the situation and to consult with the Embassy, and to bring back cash for emergencies in case the banks remained shut (as they did). Shortly after his departure on August 30 airline services out of Porto Alegre were cancelled and his return the following day was on a flight which apparently came by some fluke or flaw in this air transport ban.

On August 31 the Principal Officer was informed that the III Army planned to move North and that responsibility for the safety of Americans would rest with State public security authorities. The latter, including Col. Aquistapace, the State Secretary for Public Security, and Col. Meejen, Commander of the Brigada Militar

OFFICIAL USE ONLY

DECLASSIFIED

OFFICIAL USE ONLY

(Classification)

Page 5 of
Encl. No. _____
Desp. No. 11
From PORTO ALEGRE

accessible, courteous and considerate at all times. When Consul Bleem returned with emergency funds and other evidences of Embassy support the Principal Officer decided on August 31 in view of the conditions outlined above, coupled with the closure of counterpart institutions, to move the 6 USOM technicians and Professor Pulver, who had just arrived under a PL-480 grant, with their dependents to Uruguay until the more normal conditions essential to their effectiveness and well being could be re-established. Despite difficulties in obtaining gasoline because of tight rationing instituted on September 1, sufficient reserves were obtained to assure their travel to Uruguay and they departed, early on September 3, with a minimum of public notice, in a six car caravan including two United States Geological Survey carry-alls.

D. Fourth Stage, Sept. 1-Sept. 6, Crisis Ends: VicePresident Goulart arrived on the evening of August 31 with a conciliatory attitude toward the parliamentary amendment which annoyed Brizola to the extent that the latter rebuked the Vice President in a press conference held that day. Janga strongly expressed his abhorrence of civil strife and was supported to the hilt on this by General Machade Lopes. Tension relaxed but the situation remained potentially explosive until news reached here of Goulart's safe arrival in Brasilia.

Promptly thereafter gasoline and other restrictions were removed. Arrangements are being made for the return of the USOM group as soon as is convenient for them during the next week.

III. Conclusion:

The foregoing amounts to a mere recapitulation of the more significant developments as they crowded in during a confused and trying period. However, this report should not close without at least a brief mention of the friendliness and cooperation of the local populace toward Americans generally and official Americans particularly. Offers to share scarce supplies, money, food, and gasoline were received on every hand from friends, neighbors, and even relative strangers. To date the Consulate has received no reports of mistreatment of Americans.

The loyalty and devotion to duty of the Consulate's local staff, including USIS and USOM employees has been such that a special commendation seems in order which will be the subject of a later communication.

Comment on the general situation covered in this despatch will be made as soon as possible.

Encl.: 1 *att!*

cc.: Amembassy, Rio (W. encl.)

Percy Warner
Percy Warner
American Consul

OFFICIAL USE ONLY

TEMAS DOS CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutch e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airon Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott.
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva & Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum

- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éldia Azevedo Hennington & Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Prof. Dra. An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Hendersson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Prof. Dra. Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Prof. Dra. Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Neogações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Prof. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Prof. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Prof. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Prof. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Prof. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Prof. Dra. Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton & Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Prof. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Prof. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Prof. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Prof. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes

- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Monteiro
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques & Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral & Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth* – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet & Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A filia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira & Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke & Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge & Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois”* – Claudia Wasserman

- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche



Carla Simone Rodeghero possui graduação em História pela Universidade de Passo Fundo (1989), mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996) e doutorado em História pela mesma instituição (2002). É professora do Departamento e da Pós-Graduação em História da UFRGS e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em História dessa universidade. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: anticomunismo, ditadura, anistia, historiografia e memória. Tem atuado também na área da educação patrimonial e na realização de trabalhos que visam aproximar a universidade dos alunos e professores de escolas públicas do ensino básico.

Algumas publicações da autora

RODEGHERO, C. S.; DIENSTMANN, G.; TRINDADE, T. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 2011.

_____. *Capítulos da guerra fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.